

BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DAS FLORES**Estudo Técnico Preliminar 188/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 63344.001717/2025-64

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente demanda objetiva o registro de preços para uma eventual e futura aquisição de Materiais de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo permanentes e de consumo para atender as necessidades do Complexo Naval da Ilha das Flores, bem como dos demais Órgãos Participantes.

2.2. Justifica-se a necessidade de aquisição dos materiais de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em razão de atender às atualizações do parque computacional e infraestrutura de rede no âmbito do Complexo Naval da Ilha das Flores, com o objetivo de manter a estabilidade dos serviços e prover a disponibilidade dos ativos de tecnologia da informação e comunicação e de itens de necessidades básicas para subsidiar o pleno funcionamento dos sistemas essenciais de todos os setores que compõem a estrutura das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores, proporcionando uma defesa cibernética eficaz, eficiente e efetiva.

2.3. As aquisições desses materiais estão alinhadas à Missão da Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), que é prover o apoio contínuo às Unidades sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores que são constituídos pelas seguintes Organizações Militares: Comando da Divisão Litorânea (ComDivLit), Unidade Médica Expedicionária da Marinha (UMEM), Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtIVtrAnf), 2º Batalhão de Proteção e Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (2ºBtIProtDefNBQR). Dessa forma, esta aquisição, reveste-se de elevada importância para a continuidade das operações e para o cumprimento das necessidades logísticas e operacionais desta Unidade Administrativa.

2.4. Dessa forma, esta aquisição, reveste-se de elevada importância para a continuidade das operações, sendo imprescindível para garantir o pleno funcionamento dos sistemas e infraestrutura tecnológica da instituição. Após análise de mercado e avaliação técnica, conclui-se que a solução proposta atende às necessidades específicas identificadas, apresenta custo-benefício favorável e assegura a continuidade e eficiência dos processos institucionais.

2.5. Diante do exposto, certo de que a aprovação solicitada reflete diretamente no cumprimento da missão administrativa desta Unidade, e que à aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica de acordo com a Lei nº 14.133/2021, é o único meio que a Administração Pública Federal possui para cumprir com o princípio da economicidade, legalidade e interesse público, bem como atingir a eficiência administrativa, logo a Seção de Tecnologia da Informação da Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores entende ser necessária a supracitada aquisição.

2.6. Será adotado a forma eletrônica na condução do processo, já que a Lei nº 14.133/2021, estabelece diretrizes para a atuação da administração pública na forma como os processos administrativos devam ser conduzidos. Essa prioridade é dada, em razão da otimização e facilidade no acesso aos documentos e informações. No entanto, existem situações em que a forma em papel pode ser necessária ou mais adequada, como em casos específicos onde a tecnologia não é uma opção viável ou onde a complexidade do processo demanda a análise de documentos físicos. Nesses casos, é fundamental que a administração justifique a escolha da forma em papel, apresentando razões claras e objetivas para a decisão e anexando nos autos do processo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção da Tecnologia da Informação (STI)	1ºSG-FN-BD 00.0514.97 LUIZ ANDRE ALVES DE BARROS JUNIOR

4. Necessidades de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Cumprimento dos objetivos estratégicos das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores;
- 4.1.2. Manter o adequado funcionamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- 4.1.3. Prover apoio computacional à continuidade dos serviços desenvolvidos nas Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores;
- 4.1.4. Mitigar os riscos de indisponibilidade da infraestrutura de TI;
- 4.1.5. Assegurar que os equipamentos possuam uma garantia e suporte ao longo de sua vida útil; e
- 4.1.6. Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades laborais administrativas voltadas para as Organizações Militares.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. As necessidades tecnológicas, também chamadas de requisitos da solução de tecnologia, com adaptações, descrevem as características de uma solução que atende aos requisitos do negócio. São desenvolvidas e definidas neste documento após a realização de uma Análise de Requisitos. Dentre tais requisitos de acessórios de informática e comunicação, materiais de consumo e peças de reposição, destacam-se os seguintes:

- 5.1.1. Compatibilidade com os sistemas operacionais utilizados no Complexo naval da ilha das flores, bem como com os softwares e aplicativos necessários para as atividades técnicas e administrativas;
- 5.1.2. Maximizar a eficiência energética dos recursos de TIC;
- 5.1.3. Possuir capacidade de processamento, memória e armazenamento adequados para lidar com as demandas de trabalho, permitindo a execução de tarefas de forma eficiente e sem lentidão;
- 5.1.4. Oferecer compatibilidade tecnológica nas Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores;
- 5.1.5. Os desktops e notebooks devem ter recursos de segurança, como sistemas operacionais licenciados, para proteger os dados e informações da Organização Militar (OM) contra ameaças cibernéticas; e
- 5.1.6. Observar os requisitos ambientais.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, conforme seguir:

6.1.1. Observar aspectos de ergonomia, produtividade e conforto; e

6.1.2. Propor procedimentos de logística mais eficientes.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. A definição do quantitativo a ser licitado pela Administração Pública deve ser pautada em indicar a forma de cálculo utilizada com os critérios técnicos claros e objetivos.

7.2. Para o correto dimensionamento das quantidades estimadas a Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, após análise prévia do STI (Seção de Tecnologia da Informação) e de suas Unidades Apoiadas, constatou-se e por meio de estudos efetuados mediante as demandas dos anos anteriores, considerando sazonalidades e variações operacionais, bem como análise de dados estatísticos de consumo médio e substanciado na Memória de Cálculo constatou-se que o quantitativo solicitado corresponde à quantidade para atender adequadamente as demandas das STI das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores, sendo imprescindível realizar um acréscimo nas quantidades em razão de diversos fatores que podem ser justificados de maneira primordial para a manutenção dos equipamentos e estrutura de TIC necessária para a cumprimento dos trabalhos e amenizar indisponibilidades ocasionada por materiais/equipamentos obsoletos ou com mau funcionamento, que muitas vezes afetam o bom desempenho das atividades desenvolvidas nas presentes Organizações Militares. E também substituírem os materiais/equipamentos que já não atendem as necessidades da administração, em virtude de especificações técnicas antigas, tendo apenas a restrição orçamentária que será indicada em instrumento hábil quando houver a obrigatoriedade na aquisição. Nesse mesmo contexto, é importante que seja feito um estudo do mercado, sendo observado o levantamento sobre a capacidade de fornecimento do mercado e as avaliações de tendências que possam impactar nas quantidades, visando um alinhamento da compatibilidade entre as quantidades previstas e o orçamento disponível em atendimento às exigências legais e normativas que regem os processos de aquisição pública.

7.3. Diante do exposto, a administração pública tem o dever legal de demonstrar os critérios técnicos para a estimativa dos quantitativos licitados, com base em consumo histórico e/ou em palpáveis perspectivas futuras e, caso assim não proceda, incorrerá em irregularidade grave, suficiente, portanto, para comprometer a legalidade do certame, o interesse público e a possibilidade de dano ao erário.

7.4. O resumo das quantidades e a descrição/especificação das soluções de TIC a serem adquiridos pelo Complexo Naval da Ilha das Flores estão compreendidos no quadro abaixo:

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	PDM	UF	REQUISIÇÃO	REQUISIÇÃO
					MIN	MÁX
01	MICROCOMPUTADOR – Memória Ram: 8 GB Núcleos Por Processador 6 ou superior Total de threads 12 ou superior Soquete Tipo: Lga 1700 Armazenamentos Ssd: 500 Gb Monitor: 21 A 29 POL Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse Sistema Operacional: Proprietário Garantia: 36 MESES Gabinete: Torre.	605972	6661	UN	1	130
02	MICROCOMPUTADOR – Memória Ram: 16 GB Núcleos Por Processador 10 ou superior Total de threads 16 ou superior Soquete Tipo: Lga 1700 Armazenamentos Ssd: 1 Tb Monitor: 21 A 29 POL Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse Sistema Operacional: Proprietário Garantia: 12 MESES Gabinete: Torre.	486009	6661	UN	1	130

03	NOTEBOOK – Tela: Superior A 14 POL Interatividade Da Tela: Sem Interatividade Memória Ram: 8 GB Núcleos Por Processador: 8 Total de threads 10 ou superior Armazenamento Ssd: 500 Gb Bateria: Até 4 Células Alimentação: Bivolt Automática Sistema Operacional: Proprietário Garantia: 36 MESES.	601763	8435	UN	1	44
04	SWITCH – Quantidade Portas: 8 UN Tipo Portas: 10/100 Base Tx E Base T, Portas 1000 Base Sx Rj-45 Velocidade Porta: 10 /100 E 1000 Mbps Alimentação: 100/240 VCA Frequência: 50 /60 HZ Aplicação: Transmissão De Dados.	261091	5522	UN	1	29
05	SWITCH – Quantidade Portas: 16 UN Tipo Portas: 1000 Base T, 100 Base Tx E 10 Base T, Em Modos Full Velocidade Porta: 20 Mbps Alimentação: 110/220 V Frequência: 60 HZ Características Adicionais: Portas 10/100/1000, Auto sense E Rj45, Altura 1u Pa Aplicação: Conectar Microcomputador À Rede.	320268	5522	UN	1	27
06	SWITCH – Quantidade Portas: 24 UN Tipo Portas: Gigabit Ethernet 1000 Base Sx Velocidade Porta: 10/100 E 1000 Mbps Alimentação: 110/220 VCA Frequência: 60 HZ Características Adicionais: Fibra Óptica Multimodo E Conectores Lc.	335875	5522	UN	1	32
07	SWITCH – Quantidade Portas: 48 UN Tipo Portas: Gigabit Ethernet Velocidade Porta: 1000 Mbps Alimentação: 110/220 V Características Adicionais: Com Portas Poe+ E 50 Cm De Cabo De Empilhamento Tipo: Padrão Rack 19".	618780	5522	UN	1	34
08	NOBREAK – Tensão Alimentação Entrada: 127/220 V Características Adicionais: Nobreak Com Processador Digital De Sinais Tensão Saída: 110/220 V Capacidade Nominal: 3000 VA Bateria: Selada Vrla (Reguladas Por Válvulas) Tipo Onda: Senoidal Pura E Com Controle Digital Variação Frequência Entrada: 47 – 63 HZ.	413585	7068	UN	1	28
09	NOBREAK – Tensão Alimentação Entrada: 110/220 V Características Adicionais: Certificado Inmetro; Garantia 12 Meses Quantidade Tomadas Saída: 4 Com 3 Pinos Variação Entrada: +/- 15% Capacidade Nominal: 600 VA Tipo Alarma: Led Indicador Bateria Baixa E Sobrecarga Bateria: Selada Autonomia Bateria: 20 Min.	363798	7068	UN	1	262
10	MONITOR COMPUTADOR – Tamanho Tela: 23 A 30 POL Tipo De Tela: Led Formato Tela: Widescreen Qualidade De Imagem: 4 K Interatividade Da Tela: Sem Interatividade Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display Alimentação: Bivolt Garantia On Site: 12 MESES.	606908	6669	UN	1	130
11	IMPRESSORA – Tipo: Jato Tinta Resolução Impressão: Preto 1200 X 1200, Cor 4800 X 1200 DPI Tensão Alimentação: Bivolt V Resolução Scanner: 1.200 X 1.200 DPI Características Adicionais: Tanque De Tinta Conectividade: Usb E Wifi.	473179	226	UN	1	42

12	ROTEADOR – Tipo Uso: Grande Porte Tipo Linha: Alta Velocidade Protocolo Lan: Tcp/Ip Protocolo Wan: Tcp/Ip Velocidade: 10 GB/S Tensão Alimentação: 110/220 V Memória Ram: 8 GB Memória Cache: 1 GB Tipo Arquitetura: Single Board.	611582	237	UN	1	20
13	HD EXTERNO – Disco Magnético Memória: 1 Terabyte TB. Aplicação: Uso Externo Modelo: Ssd Características Adicionais: Compatível Com Usb 3.1.	606881	216	UN	1	63
14	SSD – Tipo: Disco Ssd, Capacidade: 500 GB, Tamanho: 2,5 POL, Velocidade: 550 MB/S, Padrão: Sata 3.0.	479103	244	UN	1	200
15	PROCESSADOR – Tipo: Lga 1700 Velocidades Processamento: 2.5 GHZ Modelo: Intel Core I5-12400 Características Adicionais: Gráfico Uhd Integrado Barramento: Turbo Boost 4.3 Ghz Memória Cache: 18 MB.	607891	14431	UN	1	91

7.5. A manifestação quanto à classificação dos itens licitados na tabela acima, são considerados como solução de TIC, com base na alínea “a” do subitem 1.1 do Anexo II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, que devem considerar dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação.

7.6. Assim, a manifestação deve justificar a classificação dos itens licitados à luz dessas categorias, demonstrando que eles integram uma solução de TIC completa que apoia processos de negócio, alinhando os aspectos técnicos e econômicos relevantes para a contratação pública de TIC.

7.7. A Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, estabelecer o Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

7.7.1. O modelo de contratação e gestão de estações de trabalho para computadores, notebooks e monitores, descrito no Anexo I desta Portaria é de utilização obrigatória pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, que tem como principais benefícios:

7.7.1.1. Redução de tempo e custos na fase de planejamento, mitigando retrabalho;

7.7.1.2. Garantia de compatibilidade, qualidade, durabilidade e economicidade na análise de dados históricos das contratações; e

7.7.1.3. Ampliação da competição e inovação.

7.8. Os elementos técnicos observados pela Equipe de Planejamento da Contratação para adoção de uma modelagem padronizada de objetos de TIC, que se segue:

7.8.1. Análise de compatibilidade com infraestrutura existente ou integração com sistemas legados;

7.8.2. Comparação de custos totais de ciclo de vida versus não padronização com bases em contratações anteriores;

7.8.3. Parecer sobre riscos de maiores despesas de manutenção.; e

7.8.4. Estratégias de substituição de equipamentos.

8. Levantamento de soluções

8.1. O levantamento de soluções permite identificar e realizar uma análise comparativa de soluções que possam atender às necessidades de aquisição de materiais de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o Complexo Naval da Ilha das Flores. Considerando estas questões, podem ser exploradas as seguintes áreas: disponibilidade em outros órgãos públicos, consultas aos Catálogos de Soluções de TIC, alternativas do mercado, softwares disponíveis, conformidade com políticas e padrões governamentais, e necessidades de adequação do ambiente.

8.2. Os materiais são necessários para fluir os processos internos que faz uso da tecnologia da informação e comunicação, sendo necessária a substituição, assim também como o atendimento a implantação de novas demandas na área de TIC que necessitam desse tipo de material e a aquisição de suprimentos diversos, para as Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores.

8.3. No entanto, foi realizada uma pesquisa junto a outros Órgãos da Administração Pública, comparando preços e avaliando o nível de qualidade dos produtos. Essa análise criteriosa permitiu identificar as possíveis melhores especificações dos itens que atendem às necessidades das Organizações Militares, possibilitando a obtenção de produtos confiáveis e de alta qualidade.

8.4. Neste mesmo diapasão, a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, determina a necessidade de renovação periódica das consultas aos Catálogos de Soluções de TIC, garantindo que as contratações estejam alinhadas com as soluções atualizadas disponíveis no mercado e registradas no catálogo oficial.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Analisando as necessidades da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada pela Equipe de Planejamento da Contratação é à aquisição de bens comuns de materiais permanentes e de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a ser adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica de acordo com art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo observado as especificações comuns de mercado capazes de atender aos requisitos de negócio.

9.2. A escolha pela aquisição foi baseada na análise da vantajosidade dos aspectos técnicos e econômicos da solução, considerando:

9.2.1. a referida aquisição propiciará maior agilidade no desempenho das atividades práticas, finalísticas, administrativas e desenvolvidas pelos militares do Complexo Naval da Ilha das Flores;

9.2.2. garantir a execução das atividades administrativas das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores; e

9.2.3. a necessidade de atender às demandas das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Como acontecem com a maioria das tecnologias, os materiais de TIC uma boa parte das aquisições destina-se à reposição e manutenção de equipamentos, que sofrem um processo de depreciação natural que, associado ao avanço das tecnologias.

10.2. As aquisições desses materiais garantem as manutenções e suporte para os equipamentos atualmente em utilização, no entanto as Seções de Tecnologia da Informação das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores, carecem de atualizações contínuas, pois há uma quantidade considerável de equipamentos em estado de obsolescência.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Para os levantamentos de mercado deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, do Art. 5º da Instrução Normativa nº. 65, de 07 de julho de 2021, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos do processo.

11.2. Para subsidiar o custo total da solução e apoiar a tomada de decisão sobre a seleção de itens que devem compor a solução que represente mais vantagem econômica para o Complexo Naval da Ilha das Flores, a pesquisa foi realizada de maneira combinada, de acordo o Art. 5º inciso I da referida Instrução Normativa, que consiste pela busca no Painel de Preços na qual a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo – www.compras.gov.br. Desta forma, fica a pesquisa de mercado e preços de forma clara, justa, transparente e digna com a real situação da concorrência comercial.

11.3. A metodologia utilizada para o levantamento de mercado foi a MÉDIA/MEDIANA dos preços, estando em acordo com Art. 6º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

11.4. O detalhamento do levantamento de mercado pode ser verificado nos documentos intitulados como: Documento de Formalização de Pesquisa de Preços e do Mapa de Cotação de Preços.

11.5. Para a análise da exequibilidade do levantamento de mercado realizado, os valores unitários estimados da presente licitação foram comparados com os valores estimados das últimas aquisições destas Organizações Militares, sendo observada uma pequena variação positiva já esperada pela variação de valores entre os anos de 2024 e 2025. Além disso, esta comparação com as aquisições anteriores, é extremamente válida, pois nesse diapasão não haverá grandes impactos em relação aos preços praticados.

11.6. O Catálogo Eletrônico de Padronização é uma solução de gerenciamento centralizado para uniformizar os itens contratados pela Administração Pública, desenvolvendo um padrão a ser seguido, trazendo mais eficiência e economia em licitações públicas. A solução eletrônica contempla não só a especificação do item a ser contratado, mas também todos os documentos que compõem a fase preparatória da licitação, no entanto não foi aplicado em razão dos itens pertencentes a este processo de licitação ainda não fazem parte do referido Catálogo, não havendo prejuízos à compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. A descrição do objeto que deve ser adquirido para que produza os resultados pretendidos pela Administração, consiste na escolha pela aquisição dos objetos mencionados, embasada na análise da vantajosidade dos aspectos técnicos e econômicos da solução, de materiais de tecnologia da informação necessários, a fim de prover as manutenções e atualizações do parque computacional e infraestrutura de rede para atender as necessidades das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores.

12.1.1. Os objetivos da solução como um todo configura garantir aquisição de produtos com qualidade, reduzir custos através de compras mais planejadas, assegurar disponibilidade contínua dos materiais, promover a sustentabilidade na escolha dos produtos e melhorar a gestão do estoque e logística de distribuição.

12.1.2. A solução proposta se baseia nas seguintes etapas: levantamento das necessidades, consultas aos Catálogos de Soluções de TIC, pesquisa e seleção de fornecedores, cotação e negociação, processo de compra, recebimento e controle de qualidade e armazenamento e distribuição.

12.1.3. Neste contexto, a implementação dessa solução permitirá uma gestão eficiente e estruturada da aquisição de materiais de TIC garantindo economia, qualidade e sustentabilidade. Com isso, é possível otimizar os recursos financeiros.

12.2. As aquisições se darão no decorrer da vigência da ata de registro de preços, ocorrendo de forma parcelada com vários pedidos, com emissão de nota de empenho a cada demanda solicitada.

12.2.1. Em razão das restrições orçamentárias todos os objetos desta contratação serão adquiridos através de notas de empenho, que tem por finalidade assegurar a reserva orçamentária necessária para a aquisição desses materiais, essenciais para o atendimento das demandas desta Administração. Portanto, a justificativa para a descrição da nota de empenho em detrimento da ordem de fornecimento envolve a simplificação, eficiência, rapidez na entrega e ausência de obrigações futuras, o que torna o procedimento mais ágil para contratos simples e imediatos.

12.3. O critério de julgamento das propostas será o Menor Preço, conforme o disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, sendo o modo de disputa utilizado o aberto previsto no Instrumento Convocatório e o respectivo Registro no Sistema compras.gov.br.

12.3.1. O Menor Preço ou Maior Desconto para aquisição de bens comuns e na contratação serviços comuns é indicado quando as especificações técnicas são padronizadas no mercado, baseando-se na eficiência em obter o menor custo direto.

12.3.2. O Modo de Disputa Aberto promove a máxima competitividade e transparência, ideal para critérios de menor preço/menor desconto em licitações eletrônicas, resultando em maior eficiência na redução de preços.

12.3.3. A combinação dos parâmetros Menor Preço ou Maior Desconto e do Modo de Disputa Aberto é adequada, pois garante a compra do padrão de qualidade exigido pelo menor preço.

12.4. As condições da aquisição e pagamento serão semelhantes às do setor privado podendo ser baseada em diversos fatores que buscam promover a eficiência, competitividade, transparência e sustentabilidade das atividades do setor público. Ao adotar práticas semelhantes às do setor privado, o setor público pode: obter benefícios em termos de eficiência operacional e redução de custos, obtendo processos mais ágeis e menos burocráticos podendo levar a economia de escala e otimização de recursos, incentivar a competição entre fornecedores e geração de serviços, levando a uma maior qualidade de produtos e serviços, aumentar a transparência nas transações e contratos públicos e práticas de aquisição eficientes e pagamentos justos podem contribuir para a sustentabilidade financeira do setor público, permitindo uma gestão mais equilibrada dos recursos disponíveis.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 1.877.049,21

13.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 1.877.049,21 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, quarenta e nove reais e vinte um centavos).**

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação.

14.2. A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

14.3. O parcelamento do objeto não será adotado quando: a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor, o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido e o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

14.4. Diante do exposto, em regra, conforme § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: a viabilidade da divisão do objeto em lotes e o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade.

14.5. Neste contexto, esta Administração optou pelo parcelamento dos itens, em razão da medida que visa ampliar a competitividade, possibilitando a participação de um maior número de licitantes, especialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo a economicidade e a melhor execução do contrato.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a escolha da solução de aquisição de material de consumo e permanente de informática, visando atender às necessidades do Complexo Naval da Ilha das Flores e suas obras, com base em critérios econômicos e financeiros.

15.2. Melhoria na Eficiência Operacional: A demanda levantada apresenta equipamentos de TI atualizados e adequados o que proporcionará uma melhoria significativa na eficiência operacional das seções. Com a utilização de equipamentos modernos e de qualidade, conforme proposto, as atividades técnicas e administrativas serão executadas de forma mais ágil e eficiente, otimizando o tempo e contribuindo para um ambiente mais produtivo;

15.3. Redução de Custos Operacionais: A substituição dos atuais equipamentos obsoletos por soluções mais modernas e eficientes, conforme proposto, resultará em uma redução dos custos operacionais. Equipamentos de informática desatualizados podem demandar manutenções frequentes e custosas, além de apresentar baixo desempenho, o que impacta diretamente nas atividades. Com a escolha de soluções adequadas, espera-se minimizar os gastos com manutenção e reparos, bem como evitar interrupções e paralisações das atividades técnicas e administrativas devido a problemas técnicos;

15.4. Aumento da Durabilidade e Vida Útil: A seleção de equipamentos de TI de qualidade e durabilidade superior, conforme proposto, permitirá um maior tempo de vida útil dos dispositivos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes. Isso resultará em economia a longo prazo, uma vez que os investimentos em compras serão mais espaçados e planejados, evitando gastos excessivos e desnecessários;

15.5. Suporte Técnico e Garantia: As exigências em algumas especificações por um suporte técnico e/ou garantias, assegurará acesso a suporte técnico especializado e garantias de qualidade. Isso proporcionará

maior tranquilidade às seções, uma vez que eventuais problemas serão prontamente resolvidos pelos fornecedores/assistências técnicas, minimizando possíveis impactos negativos nas atividades;

15.6. Em suma, a escolha da compra de equipamentos permanente e consumo de informática, baseia-se em uma análise criteriosa dos aspectos econômicos e financeiros envolvidos. A adoção de equipamentos modernos e de qualidade contribuirá para a eficiência operacional, redução de custos, aumento da durabilidade e acesso a suporte técnico especializado. Esses benefícios resultarão em um ambiente de trabalho mais produtivo, otimização de recursos e melhor aproveitamento dos investimentos realizados pelas Unidades que compõem o Complexo Naval da Ilha das Flores.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Com a realização do procedimento licitatório, sob o enfoque proposto neste estudo, esta equipe almeja que as aquisições sejam executadas com economicidade e confiabilidade, de forma planejada, buscando proporcionar os seguintes benefícios:

16.1.1. Economia de escala;

16.1.2. Racionalidade e agilidade no processo de aquisição;

16.1.3. Manter o adequado funcionamento da infraestrutura de TIC das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha das Flores;

16.1.4. Garantir a qualidade do suporte prestado pela equipe de seção de TIC responsável pelo apoio aos usuários;

16.1.5. Realizar a manutenção preventiva a fim de mitigar o risco de incidentes e ou desastres na infraestrutura de TIC;

16.1.6. Dotar as seções de manutenção de TIC de recursos necessários para realização de manutenção corretiva;

16.1.7. Atualização do Parque Tecnológico do Complexo Naval da Ilha das Flores; e

16.1.8. Aumentar a disponibilidade de utilização dos materiais.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. A Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores nomeará servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Setorial e Fiscal Administrativo, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

17.2. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, listadas a seguir:

17.2.1. Elaboração dos Documentos da Fase de Planejamento da Contratação;

17.2.2. Autorização da Autoridade Competente;

17.2.3. Designação em Portaria de Pregoeiro e Equipe de Apoio;

17.2.4. Elaboração de Minuta do Edital;

17.2.5. Elaboração de Minuta dos Anexos do Edital;

17.2.6. Encaminhamento do processo para análise jurídica da Consultoria Jurídica da União (CJU);

17.2.7. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no Parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

17.2.8. Publicação e divulgação do Edital;

17.2.9. Resposta a pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;

17.2.10. Realização do Pregão, e respectivas etapas de Julgamento das propostas, Adjudicação da proposta e Homologação;

17.2.11. Realização de Certificação Orçamentária;

17.2.12. Realização de Empenho; e

17.2.13. Assinatura e publicação do contrato.

17.3. O conteúdo desse Estudo Técnico Preliminar não se enquadra em nenhuma das hipóteses de sigilo previstos na Lei nº 12.527/2011, ficando liberado para acesso público e a sua disponibilização para os licitantes.

18. REQUISITOS CONTRATAÇÃO

18.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica de acordo com o art. 28, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

18.1.1. Os bens comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconizado no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O prazo de vigência da contratação é de 70 (setenta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

18.2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 36 do Decreto nº 11.462, de 2023.

18.3. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, e seu enquadramento encontra amparo nos incisos I, II e III do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023:

18.3.1. Do inciso I do referido Decreto – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes. Justificando-se em razão do aumento da demanda, sendo que uma contratação permanente pode ser mais vantajosa economicamente, eliminando custos recorrentes de processos seletivos frequentes; e

18.3.2. Do inciso II do referido Decreto – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa. Justificando-se em razão da Administração não possuir espaço físico para armazenar todos os itens de uma só vez, evitando estocagem desnecessária e redução dos custos de armazenagem.

18.3.3. Do inciso III do referido Decreto – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas. Justificando-se em razão de quando é mais eficiente concentrar esforços ou recursos para atender a várias entidades simultaneamente.

18.4. A ata de registro de preços poderá ser prorrogada, no entanto a prorrogação da validade da ata de registro de preços importará na renovação do quantitativo registrado, sem a soma do quantitativo eventualmente não utilizado no primeiro ano de sua vigência, desde que se admita esta renovação sob condições específicas como: previsão no edital, planejamento prévio, comprovação de preços vantajosos e formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência da ata.

18.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, conforme preconizado no art. 23, do Decreto nº 11.462/2023.

18.5. Da consoante o art. 10 e seu parágrafo único do Decreto nº 11.462/2023:

18.5.1. Os Órgãos e as Entidades de que trata o art. 1º do mesmo Decreto, citado acima, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as Intenções de Registros de Preços em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação, no entanto as razões para não participar podem variar dependendo do contexto da contratação, conforme justificativas abaixo:

18.5.1.1. Necessidades não atendidas: Os bens ou serviços incluídos no registro de preços podem não atender às necessidades específicas da Administração;

18.5.1.2. Condições desfavoráveis: Os termos e condições do registro de preços podem não ser convertidos para Administração em termos de preço, em razão da localidade ou período do contrato;

18.5.1.3. Orçamento limitado: À Administração pode ter um orçamento limitado que não permite a compra dos bens ou serviços listados no registro de preços; e

18.5.1.4. Produtos/serviços não prioritários: Os bens ou serviços oferecidos no registro de preços podem não ser prioritários para Administração.

18.5.2. É essencial avaliar cuidadosamente os motivos para não participar em um registro de preços em andamento, considerando os impactos potenciais nas operações e nas metas da Administração. Além disso, é importante cumprir todas as regulamentações e diretrizes protegidas nas legislações em relação aos registros de preços nos processos licitatórios.

18.5.3. Nesse contexto, a Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), realizará este processo licitatório, em razões de suas necessidades administrativas, de acordo com as características dos objetos pretendidos.

18.6. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme o disposto no Art. 17, do Decreto nº 11.462/2023.

18.7. Da Adesão Ata de Registro de Preços (conhecida como "carona"):

18.7.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação, fundamentada em diferentes aspectos, dependendo do contexto jurídico, administrativo ou técnico, razões que podem ser apresentadas como:

18.7.1.1. **Capacidade operacional comprometida:** A quantidade adicional solicitada comprometeria a capacidade de atendimento do fornecedor registrado, colocando em risco o cumprimento das obrigações assumidas com os órgãos participantes da ata.

18.7.1.2. **Extrapolação dos limites legais:** O quantitativo pretendido ultrapassa o limite de até 100% do quantitativo registrado para cada item, conforme previsto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 (ou normativo correspondente), inviabilizando a autorização da adesão.

18.7.1.3. **Especificidade do objeto contratado:** A ata foi constituída para atender a necessidades específicas do órgão gerenciador e seus participantes, cujas características técnicas e operacionais não se aplicam ao órgão requerente, o que compromete a eficiência e a economicidade da adesão.

18.7.1.4. **Desinteresse da Administração ou do Fornecedor:** A adesão à ata é ato discricionário e não obrigatório. Tendo em vista os aspectos administrativos e o planejamento estratégico do Órgão Gerenciador.

18.7.2. O principal defeito do carona é a transgressão ao dever de licitar, insculpido no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, além de outros princípios administrativos, configurado pela fruição desenfreada e ilimitada para as adesões realizadas pelos Órgãos que não participaram do procedimento licitatório.

18.8. Realizada a análise do objeto da contratação à luz do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, do Ministério da Economia (ME) e pela Portaria nº 38, de 21 de março de 2022, da Marinha do Brasil (MB)/Ministério da Defesa (MD), que estabeleceu normas complementares considerando que as contratações referentes ao custeio da máquina pública federal merecem uma supervisão dos dirigentes quanto à qualidade das despesas públicas, buscando um melhor aproveitamento dos recursos públicos e, considerando a natureza das atividades contratadas e não a classificação orçamentária da despesa, logo esta Administração declara, que as contratações dos objetos pretendidos dos itens de 01 ao 12 não constituem atividades de custeio e dos itens de 13 ao 15 constituem atividade de custeio.

18.9. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18.9.1. Pelos riscos e valores unitários decorrente da eventual aquisição não apresentaram impacto que justifique a exigência de garantia contratual da execução, certamente a quantia envolvida seria repassada ao valor da aquisição;

18.9.2. Os pagamentos somente ocorrerão após a liquidação das despesas, conforme disposto no Termo de Referência; e

18.9.3. As sanções administrativas definidas no Instrumento Convocatório asseguram que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, de forma que a exigência de garantia apenas oneraria desnecessariamente o contrato.

18.10. Deve-se considerar a exigência de garantia técnica para os bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em contratações públicas, geralmente com prazo mínimo de 1 (um) ano a partir do recebimento definitivo, podendo variar por tipo de equipamento, conforme preconizado na Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023 para:

18.10.1. Computadores e Monitores – 5 (cinco) anos; e

18.10.2. Notebook – 4 (quatro) anos.

18.11. Após análise técnica e mercadológica relativa aos objetos desta contratação verificou-se que todos os itens se enquadra na margem de preferência, que consiste em garantir benefício competitivo a produtos e serviços nacionais e ambientalmente responsáveis, promovendo políticas públicas que fortaleçam a economia local e a sustentabilidade por meio de licitação pública, conforme aplicação a prevista no art. 26, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. Serão exigidos os Documentos de Habilitação, em razão para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público, conforme preconizado abaixo:

18.12.1. O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, no entanto o art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo os referidos valores atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182, da Lei nº 14.133/2021. No caso em questão trata-se de uma contratação pelo Sistema de Registro de Preços para então parcelada, pois a exigência de condição de habilitação nos processos licitatórios é fundamental para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público. Essa prática é adotada em todo o mundo como uma forma de selecionar fornecedores e fontes de serviços que possuam a capacidade técnica, operacional e financeira necessária para cumprir os compromissos assumidos durante a execução dos contratos, entretanto nesse mesmo diapasão apresentamos algumas justificativas para exigir condição de habilitação nos processos licitatórios:

18.12.1.1. Garantia da qualidade dos serviços/produtos: ao verificar a habilitação dos licitantes, a administração pública assegura que os participantes possuam expertise e os recursos adequados

para realizar as entregas com a qualidade exigida. Isso evita contratações que podem resultar em produtos ou serviços de baixa qualidade;

18.12.1.2. Preservação do interesse público: uma análise de habilitação garante que apenas empresas idôneas e aptas a cumprir os compromissos com o poder público participar dos processos licitatórios. Dessa forma, evita-se a possibilidade de fraudes, corrupção ou desvios de recursos, preservando o interesse da sociedade;

18.12.1.3. Eficiência no uso dos recursos públicos: A habilitação previa dos licitantes possibilita a seleção de empresas que possuíam uma estrutura sólida e comprovada, apresentavam o risco de inadimplência ou atrasos na execução dos contratos. Isso contribui para evitar desperdícios e retrabalhos, gerados em maior eficiência na utilização dos recursos públicos;

18.12.1.4. Garantia de conformidade legal: A exigência de documentos e certificações comprova que as empresas estão em conformidade com as leis e regulamentações definitivas. Isso inclui aspectos fiscais, trabalhistas, ambientais, entre outros. Essa conformidade é essencial para evitar problemas legais na continuidade da execução do contrato;

18.12.1.5. Competição justa: Ao exigir a habilitação, o processo licitatório se torna mais justo, pois todos os licitantes concorrem em igualdade de condições. A habilitação é um filtro inicial que deve ser superado por todas as empresas interessadas em participar, criando um ambiente competitivo mais equilibrado; e

18.12.1.6. Segurança e confiabilidade na contratação: A verificação da habilitação gera confiança nas empresas contratadas, bem como na população que será beneficiada por serviços ou produtos adquiridos. A confiança do processo licitatório é um fator essencial para fomentar a participação de empresas e a obtenção de melhores propostas.

18.12.2. A exigência de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios permite à Administração Pública analisar a evolução patrimonial e econômica da empresa, identificando possíveis instabilidades, descontinuidades ou indícios de “maquiagem” das demonstrações, bem como conferir consistência e coerência entre os dois períodos, o que reforça a transparência e a segurança do processo licitatório.

18.12.2.1. Ademais, a comparação entre dois exercícios sociais possibilita uma avaliação mais ampla da capacidade da licitante de cumprir o contrato, observandose a evolução de indicadores de liquidez, solvência e rentabilidade, sem, contudo, permitir a imposição de índices contábeis mínimos ou máximos que desnecessariamente restrinjam a participação ou impeçam o melhor resultado para a Administração.

18.12.3. As exigências habilitatórias não podem ultrapassar os limites da razoabilidade, além de não ser permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Devem restringir-se apenas ao necessário para o cumprimento do objeto licitado.

18.12.4. Quanto a exigência de qualificação técnica a Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação no caso de compras. Nada obstante, entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, com fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, caso verifique que a exigência somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que justifique esse cuidado. A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos compatíveis com o objeto a ser contratado. Só será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas do objeto da contratação, sendo vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.

18.12.5. Diante ao exposto, a exigência de condição de habilitação nos processos licitatórios é uma prática indispensável para selecionar fornecedores responsáveis, competentes e que atendem às exigências técnicas e legais necessárias para a realização de contratos com o setor público. Além disso, promover uma oferta mais justa e eficiente, garantindo o melhor uso dos recursos públicos e a satisfação dos interesses da sociedade.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

19.1.1.1. Este Estudo Preliminar contempla a realização de aquisição nos termos da Lei nº 14.133/2021, e prescreve a obrigatoriedade de realização de licitação na modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para processar a compra materiais de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo permanentes e de consumo, sendo à aquisição, individualizada e detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade dos bens.

19.1.1.2. Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

19.1.1.3. Declaramos o reconhecimento, nos limites da atuação de agentes da contratação, pela correta execução e do cumprimento das funções técnicas, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta declaração.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Integrante Administrativo

RENATO RIBEIRO LEAL

Integrante Setor Requisitante

LEANDRO SANTOS DE CASTRO

Integrante Setor Técnico

LUIZ ANDRE ALVES DE BARROS JUNIOR

Encarregado do STI

LUIS GUSTAVO SILVA PEREIRA

Ordenador de Despesas